



O Plano Nacional do Livro e da Leitura no Brasil: uma análise a partir da Comunicação Pública¹.

Tamara de Souza Brandão GUARALDO²

Faculdades Integradas de Bauru (FIB) / Unesp Marília.

Resumo

O objetivo desse artigo é discutir a prática de leitura no Brasil do início do século XXI, apresentando, sob um viés comunicacional, os princípios norteadores, as propostas e metas do Plano Nacional do Livro e da Leitura – PNLL -, lançado pelo governo brasileiro em 2006, na presidência de Luiz Inácio Lula da Silva. No âmbito da Comunicação Pública, discutem-se as estratégias e ações do PNLL. A partir do PNLL foram dados os primeiros passos para que a leitura possa ser reconhecida como política pública de Estado. Conclui-se que os desafios propostos pelo PNLL ainda têm muito por fazer para tornar o país uma sociedade leitora.

Palavras-chave

Comunicação Pública. Desenvolvimento. Estratégias. Leitura no Brasil.

1. Introdução

Analisar as práticas sociais a partir da Comunicação Pública implica compreender sua gestão relacionada ao desenvolvimento e a complexidade da sociedade, condicionada as formas de poder social e institucional. O artigo estabelece uma discussão sobre a prática de leitura no Brasil a partir do Plano Nacional do Livro e da Leitura – PNLL³ -, lançado pelo governo brasileiro em 2006, na presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, no âmbito da Comunicação Pública e suas estratégias. Assim, o referencial teórico aborda o conceito de Comunicação Pública e suas implicações: a questão do desenvolvimento, das instituições públicas e promoção de causas sociais.

Dessa maneira, as práticas de leitura se referem a distintas realidades sociais, de classe, gênero, em que surgem os conflitos, privilégios, carências na distribuição dos

¹ Trabalho apresentado no DT 7- Comunicação, Espaço e Cidadania do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 3 a 5 de julho de 2013.

² Docente da FIB. Doutora em Ciência da Informação pela Unesp Marília. Mestre e Bacharel em Comunicação.
Email: tamaraguaraldo@gmail.com

³ BRASIL. Ministério da Cultura. Ministério da Educação. **Plano Nacional do Livro e da Leitura**. Brasília, 2010.
Disponível em: <http://www.pnll.gov.br/> Acesso em: 12.03.2012.



bens culturais (ZANETTI, 2005). A prática leitora, por seu caráter social, pode ser analisada a partir de estratégias de Comunicação Pública, que se constitui como “[...] processo de comunicação que se instaura na esfera pública entre o Estado, o Governo e a Sociedade e que se propõe a ser um espaço privilegiado de negociação entre os interesses das diversas instâncias de poder constitutivas da vida pública no país” (BRANDÃO, 2009, p.31).

A metodologia de pesquisa é de caráter qualitativo, pois visa discutir a prática de leitura no país e as estratégias do PNLL a partir do referencial teórico e também de fontes secundárias como os dados elaborados por instituições que atuam no setor da leitura. A transmissão de dados via internet, agora disponíveis, proporciona um maior acesso à informação e com isso, mais oportunidades para a análise de dados secundários sobre a leitura, já que as estatísticas permitem cartografar certas tendências (MAY, 2004). Portanto, o objetivo desse artigo é discutir a prática de leitura no Brasil do início do século XXI, apresentando, sob um viés comunicacional, os princípios norteadores, as estratégias e metas do PNLL no âmbito da Comunicação Pública.

2. Comunicação Pública e desenvolvimento: o Plano Nacional do Livro e da Leitura

Uma sociedade que se projeta para o desenvolvimento é capaz de compreender quais os desafios que deve superar coletivamente, e uma proposta de mudança precisa envolver a todos na gestão do bem público. Os bens ou serviços públicos devem ser compreendidos como destinados a satisfazer as necessidades comuns e indispensáveis a tornar digna a vida de todos (TORO; RODRÍGUEZ, 2001).

No Brasil atual, o bem público é entendido como o que pertence a todos: a justiça, o direito aos serviços de água, luz e esgoto, a prevenção da saúde e o acesso e promoção da educação, a renda mínima, o acesso à informação e aos meios de comunicação etc. Deste modo, o bem público, a partir da Comunicação Pública (CP), pressupõe uma prática cujo compromisso é com a democracia e a cidadania, e envolve a sociedade civil, o Estado e o governo (DUARTE, 2009).

Para Zémor (1995) o domínio da Comunicação Pública é definido pela legitimidade do interesse geral. A Comunicação Pública, para este autor, não se separa



das instituições públicas, pois seu desenvolvimento é uma resposta a uma necessidade de relação da sociedade com o serviço público. Portanto, a prática da Comunicação Pública deve facilitar a ação pública e contribuir para o debate público (ZÉMOR, 1995). Essa área teve origem nos estudos de comunicação para o desenvolvimento desenvolvidos na América Latina nos anos 1970 e 80, e que teve repercussão nos estudos de Comunicação latino-americanos (BRANDÃO, 2009).

Silvio Waisbord (2002) afirma que os temas prioritários no campo da comunicação para o desenvolvimento se iniciaram com programas voltados à luta contra a pobreza, o analfabetismo, as condições de saúde e infraestrutura econômica, política e social. Na perspectiva da comunicação, o desenvolvimento pode ser compreendido como um modo de intervenção que busca mudar estados de realidade protagonizados por atores diversos (CIMADEVILLA, 2007).

Da união do governo com a sociedade civil organizada surgem as políticas públicas planejadas para a orientação e o uso dos recursos públicos, com vistas ao desenvolvimento social, com o objetivo de oferecer melhor condição de vida em diferentes áreas que dignificam a vida humana.

Para a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico⁴ (OCDE), as políticas públicas devem permitir aos cidadãos aproveitar a economia mundial globalizada, melhorando suas políticas de educação e promovendo as competências básicas para participação no desenvolvimento social e político.

No Brasil, a partir do PNLL em 2006, dão-se os primeiros passos para que a leitura possa ser reconhecida como política pública de Estado. Nota-se que este plano é de apenas alguns anos atrás, demonstrando uma ausência de visibilidade política da questão da leitura na sociedade brasileira por muito tempo⁵. A educação e cultura são critérios prioritários, capazes de definir o grau de desenvolvimento socioeconômico de uma nação. No documento, a leitura é destacada como “um componente do que chamamos cidadania e um componente do que chamamos desenvolvimento”⁶.

⁴ ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. OCDE. **PISA 2009 Results: What Students Know and Can Do – Student Performance in Reading, Mathematics and Science**, 2010. (Volume I). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/9789264091450-en> Acesso em: 10.11. 2010.

⁵ No Uruguai o Plano Nacional de Leitura foi lançado em 2005, na Argentina foi criado no ano de 2003, e na Colômbia, o Plano Nacional de Leitura e Bibliotecas se iniciou em 2003.

⁶ PNLL. Disponível em: http://189.14.105.211/conteudo/pnll_download.pdf Acesso em : 12.03.2012.



O PNLL foi construído a partir de deliberações públicas, em reuniões com os representantes dos mais diversos setores da área da leitura no país: sob a coordenação do Estado - Ministério da Cultura e do Ministério da Educação, com o apoio e debate junto aos representantes da cadeia produtiva do livro – editores, livreiros, distribuidores, gráficas, fabricantes de papel, escritores, administradores, gestores públicos e outros profissionais do livro –, bem como educadores, bibliotecários, universidades, especialistas em livro e leitura, organizações da sociedade, empresas públicas e privadas, governos estaduais, Prefeituras e interessados em geral. Quanto às estratégias de participação para a elaboração do PNLL, é importante destacar que entre junho de 2004 e dezembro de 2005, foram realizados “encontros preparatórios” em todas as macrorregiões do Brasil (Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal, Ceará e Pará), a fim de colher sugestões para o Plano, debater o conhecimento acumulado sobre o assunto e integrar novos olhares. Também foram realizadas cinco videoconferências regionais, além de uma com abrangência nacional, reunindo nesse debate todos os estados brasileiros e o Distrito Federal – todas transmitidas ao vivo pela internet, com forte interação nacional e acompanhada por observadores de diversos países da região ibero-americana.

Houve 97 encontros, na forma de debates, conferências, palestras, oficinas, seminários e mesas-redondas, realizados por todo o país em feiras de livros, festivais de literatura, fóruns, congressos e colóquios, envolvendo não apenas os profissionais da leitura e do livro, mas cidadãos de modo geral (líderes indígenas, comunidades quilombolas, grupos de deficientes visuais, movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores, parlamento, igreja e clubes de serviço, entre outros)⁷.

A Comunicação Pública (CP) tem por objetivo fomentar discussões ou proposições, debater projetos de mudanças institucionais, de escolhas e ofertas políticas (ZÉMOR, 1995). Portanto, a CP se realiza em projetos e ações estratégicas de programas de governo articulados com os estados e municípios, empresas e terceiro setor para alcançar resultados. Em específico, quanto ao PNLL, a CP se estrutura em quatro frentes de ação:

- Democratização do acesso;
- Fomento à leitura e formação de mediadores;
- Valorização da leitura e comunicação;

⁷ PNLL. Disponível em: <http://189.14.105.211/conteudo/c00005/Introducao.aspx> Acesso em: 12.03.12.



- Desenvolvimento da economia do livro.

Assim, a leitura é assumida como prática cotidiana e um meio para que as pessoas desenvolvam seu potencial e capacidade de expressão, construindo conhecimento. No PNLL, a noção de leitura é estreitamente relacionada à competência em informação e ao aprendizado ao longo da vida, conceituado como “direito humano básico em um mundo digital, necessário para promover o desenvolvimento, a prosperidade e a liberdade – no âmbito individual e coletivo – e para criar condições plenas de inclusão social”⁸. No eixo "Valorização da leitura e comunicação", há um desafio à sociedade para realizar ações que criem consciência sobre o valor social da leitura, com apoio a campanhas de comunicação sobre o tema e a programas de rádio e TV que divulguem experiências com livros e leitura.

3. A leitura no Brasil: um cenário a construir

O PNLL foi construído de modo estratégico, tendo por princípios norteadores a análise de dados elaborados por entidades que atuam no setor relacionado à leitura e alfabetização, mas também como um desafio, a partir do que se espera para o futuro da leitura no país.

Dentre os dados importantes para sua planificação, apontamos o relatório do Programa Internacional de Avaliação de Alunos da OCDE (PISA, sua sigla em inglês), e tem por objetivo avaliar se os alunos que estão completando a educação obrigatória têm conhecimentos e habilidades necessárias para a participação plena na Sociedade do Conhecimento⁹.

O relatório aponta progressos de países como o Brasil, Chile, México e Turquia, que, partindo de níveis básicos de rendimento, obtiveram melhoras significativas. Porém, o Brasil ocupa a 53ª posição no ranking geral dentre os 65 países avaliados. A média brasileira subiu 9% desde a primeira edição, no ano 2000, mas ainda situada nas últimas posições da lista. Os alunos brasileiros tiveram rendimento inferior em

⁸ Ibid.

⁹ ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. OCDE. **PISA 2009 Results: What Students Know and Can Do – Student Performance in Reading, Mathematics and Science, 2010.** (Volume I). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/9789264091450-en> Acesso em: 10.11. 2010.



comparação a alunos de outros países da América Latina, como Chile (44°), Uruguai (47°) e Colômbia (52°). Porém, os brasileiros ficaram à frente dos argentinos (58°) e peruanos (63°). Numa escala de 0 a 5, a média brasileira está situada no nível 1 A, em que os estudantes conseguem localizar trechos de informação explícita, reconhecendo sua ideia principal e conexão com experiência cotidiana. Esta é a competência máxima de leitura da maioria dos pesquisados em países como Perú, Quatar, Azerbaijão, Albânia, Panamá e Kazaquistão¹⁰.

A OCDE também destaca a estreita inter-relação entre o desempenho do aluno e o grau de escolaridade de seus pais, afirmando que os países onde os adultos possuem alto grau de escolaridade estão em vantagem sobre os países onde os pais têm menos instrução¹¹.

No Brasil, o Instituto Paulo Montenegro desenvolve pesquisas para alcance do Indicador de Alfabetismo Funcional - INAF¹². A leitura no âmbito do levantamento do INAF é relacionada à capacidade de acessar e processar informações escritas como ferramenta para enfrentar as demandas cotidianas. Desde 2001, o INAF mede os níveis de alfabetismo funcional da população brasileira adulta e tem como objetivo principal oferecer informações qualificadas sobre as habilidades e práticas de leitura, escrita e matemática dos brasileiros. O INAF é baseado em entrevistas e testes cognitivos aplicados em uma amostra nacional de 2.000 brasileiros de 15 a 64 anos de idade de todas as regiões do país. Os resultados do INAF mapeiam uma população ativa, que integra a força de trabalho do país numa sociedade letrada.

Os itens referentes ao alfabetismo são compostos por leitura de textos do cotidiano, de caráter notadamente informativo (bilhetes, notícias, mapas, tabelas, anúncios). No relatório INAF 2011, foram definidos quatro níveis de alfabetismo, nos quais a população brasileira foi classificada:

¹⁰ Ibid.

¹¹ Ibid.

¹² O INAF foi criado e implementado pelo Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação Educativa, e executado pelo Ibope Inteligência. Fonte: INAF 2011. Disponível em: http://www.ipm.org.br/download/informe_resultados_inaf2011_versao%20final_12072012b.pdf Acesso em: 15.09.2011.



- **Analfabetismo:** incapacidade de realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras ou frases (ainda que a pessoa consiga ler números que lhe são familiares).
- **Alfabetismo rudimentar:** capacidade de localizar uma informação explícita em textos curtos, ler e escrever números usuais e realizar operações simples, como realizar um pagamento em dinheiro, usar a fita métrica.
- **Alfabetismo básico:** capacidade para ler e compreender textos médios, e realizar operações matemáticas de média complexidade.
- **Alfabetismo pleno:** sem restrições para compreender e interpretar textos longos, realizar comparações, inferências e sínteses. Resolvem e interpretam problemas matemáticos complexos, interpretam tabelas, mapas e gráficos.

Tabela 1: Evolução dos Níveis de alfabetismo: leitura e escrita

Níveis	2001- 2002	2002- 2003	2003- 2004	2004- 2005	2007	2009	2011
Bases	2000	2000	2001	2002	2002	2002	2002
Analfabeto	12%	13%	12%	11%	9%	7%	6%
Rudimentar	27%	26%	26%	26%	25%	20%	21%
Básico	34%	36%	37%	38%	38%	46%	47%
Pleno	26%	25%	25%	26%	28%	27%	26%

Fonte: Inaf Brasil 2001 a 2011.

Notamos que a proporção de analfabetos absolutos vem caindo ao longo dos anos, e foi reduzida à metade no período, indo de 12% em 2001-02 para 6% no último levantamento (a população brasileira, de acordo com o censo 2010, já ultrapassa 190 milhões de habitantes¹³, portanto o total de analfabetos chega a mais de 10 milhões de

¹³ De acordo com a *Sinopse do Censo Demográfico 2010*, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem 190.755.799 habitantes. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1866&id_pagina=1 Acesso em: 12.03.2012.



habitantes¹⁴). Diminuição também observada no nível rudimentar de alfabetismo, e aumento no nível básico, em crescimento notável. Aproximadamente metade dos brasileiros, 47%, foi classificada no nível básico de alfabetismo. Estes conseguem ler um texto curto, localizando uma informação explícita ou que exija uma pequena inferência. A maioria da população está situada nesse nível, que apresenta crescimento contínuo, sendo considerada funcionalmente alfabetizada a pessoa que possui facilidade para localizar informações, mas com limitações para realizar operações que envolvam maior número de elementos, etapas ou relações. O nível pleno, no entanto, não tem apresentado tendência de melhora, oscilando por volta de ¼ da população, 26%, número que tem se mostrado estável desde 2001-2002. Isso significa que na primeira década do Século XXI apenas um em cada quatro jovens e adultos no país consegue compreender completamente as informações de um texto e relacionar com outros dados. Em síntese, podemos agrupar os analfabetos absolutos e os alfabetizados em nível rudimentar como analfabetos funcionais, e como alfabetizados funcionalmente os indivíduos classificados nos níveis básico e pleno tem-se que a população brasileira alfabetizada gira em torno de 73%, com 27% da população sendo considerada analfabeta funcional. E nós sabemos a importância da escola para promover a melhora nesses índices, porque 95% dos brasileiros que nunca foram à escola ou não completaram a primeira série são analfabetos funcionais.

No entanto, a conclusão das etapas de ensino nem sempre garante maior inserção na cultura letrada: 8% dos brasileiros de 15 a 64 anos são analfabetos absolutos, apesar de terem cursado alguns anos do Ensino Fundamental. Dos que completaram todo o ciclo do Ensino Fundamental, apenas 15% são considerados plenamente alfabetizados, a maioria, 59%, está no nível básico e 25% permanecem no nível rudimentar.

Os dados do INAF mostram que pouco mais de ¼ da população brasileira está apto a ser um leitor pleno de informações impressas. Em números inteiros, mais de 50 milhões de brasileiros não são plenamente alfabetizados¹⁵.

A renda familiar também é fator predominante para a leitura e escrita, garantindo acesso aos níveis de escolarização e de informação e de cultura. No Brasil, entre os

¹⁴ A taxa de analfabetismo caiu 1,8% de 2004 a 2009, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) entre as pessoas de 15 anos ou mais de idade. Apesar disso, a taxa foi de 9,7% da população nesta faixa etária, um total de 14,1 milhões de pessoas, contra 11,5% em 2004. Em 2008, a taxa foi de 10%. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1708 Acesso em: 12.03.2012.

¹⁵ INAF 2011. Disponível em: http://www.ipm.org.br/download/informe_resultados_inaf2011_versao%20final_12072012b.pdf Acesso em: 15.09.2011.



indivíduos de famílias com renda de até um salário mínimo, o analfabetismo predomina, sendo que quase metade deste grupo (43%) é considerada analfabeta funcional. Já no grupo de maior renda (mais que cinco salários mínimos) prevalece o nível pleno de alfabetismo (52%), seguido pelo nível básico (41%), o que caracteriza quase a totalidade deste grupo (93%) como funcionalmente alfabetizada¹⁶.

Uma das conclusões do INAF é a de que com a universalização do acesso ao ensino fundamental, pessoas com menos recursos estão frequentando a escola e lidando com dificuldades para aprender em um ambiente de ensino empobrecido e precárias condições de vida. Por isso, tempo e esforços dos sistemas de ensino são necessários para que a ampliação do acesso reverta também em ampliação da aprendizagem, já que segundo o INAF, ainda que o acesso tenha contribuído para reduzir o analfabetismo funcional, não foi suficiente para que o alfabetismo alcançasse o nível pleno, que permaneceu estagnado ao longo da primeira década do Século XXI, nos diferentes grupos demográficos¹⁷.

Ainda assim, os jovens brasileiros tem superado o nível educacional de seus pais, e o país tem apresentando queda na desigualdade nos últimos 11 anos consecutivos. Os motivos apontados são o aumento da renda per capita, o trabalho formal, a queda da fertilidade e o investimento em educação. Contudo, o Brasil permanece no ranking mundial como o 12º país com maior índice de desigualdade¹⁸.

A maior investigação sobre leitura realizada no Brasil fora de uma perspectiva especificamente escolar e que oferece um indicador cultural pode ser encontrada na pesquisa “Retratos da Leitura”¹⁹, de caráter quantitativo, que mede, desde o ano 2000, o comportamento leitor da população, especialmente com relação aos livros, e levanta junto aos entrevistados opiniões relacionadas à leitura. Na última edição da pesquisa, em 2011, metade da população brasileira – 88,2 milhões de pessoas - foi classificada como leitora por ter lido pelo menos um livro nos três meses anteriores à pesquisa. A média de leitura do brasileiro é de 4 livros por ano, sendo apenas 2,1 livros lidos até o

¹⁶ Ibid.

¹⁷ Ibid., p.17.

¹⁸ CLASSE MÉDIA brasileira chegará a 60% até 2014, diz FGV. **R7**. 07.03. 2012. Disponível em: <http://noticias.r7.com/economia/noticias/classe-media-brasileira-chegara-a-60-ate-2014-diz-fgv-20120307.html?question=0> Acesso em: 12.07.2012.

¹⁹ Pesquisa realizada pelo Instituto Pró-livro, Organização Social Civil de Interesse Público - OSCIP - mantida por contribuições de entidades do mercado editorial (SNEL, CBL e Abrelivros) e executada pelo Ibope Inteligência. Disponível em: http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/dados/anexos/2834_10.pdf Acesso em: 10.08.2012.



fim. A Bíblia é o livro mais lido no Brasil, seguido por livros didáticos, romances, livros religiosos, contos e livros infantis. No país 56% da população nunca comprou um livro.

A valorização da leitura aumenta à medida que avança a escolarização dos entrevistados e em todos os meios (livro, revista, jornal e internet). Segundo a pesquisa, as mulheres leem mais (53%) e também são as que mais influenciam os leitores a ler, como professoras, mães ou responsáveis, seguidas dos pais ou responsável homem, parentes e amigos. A questão do gênero é relevante, quando se pensa que a mulher é a mediadora de leitura mais lembrada tanto no âmbito institucional, como professora, quanto no âmbito familiar, como mãe ou responsável. A pesquisa “Retratos da Leitura”, realizada no âmbito da sociedade civil organizada, levanta dados que demonstram que a leitura cresce em proporção à escolaridade, pois quem está na escola ou têm mais anos de estudo lê mais, mas também contribuem critérios como classe social e ambiente familiar para a formação de leitores no país²⁰. Esses dados foram considerados na elaboração do PNLL como contribuições para a discussão da prática de leitura.

3.2 Estratégia de mobilização: a construção de um imaginário sobre a leitura.

A Estratégia pode ser compreendida como uma disciplina, mas também como uma capacidade humana que nos ajuda a tomar as melhores decisões para alcançar cenários de futuro que visualizamos e que constituem nossas metas (PÉREZ, 2012). As estratégias básicas do PNLL são instrumentos de Comunicação Pública, pois foram traçadas visando à criação de uma tradição de leitura e escrita no país como um esforço necessário ao desenvolvimento. Nessa área, existe uma compreensão de que o compromisso com a mudança social não depende somente do Estado, mas da participação ativa de vários setores sociais, com pessoas engajadas em ações voltadas para o desenvolvimento das populações.

De modo geral, uma das finalidades da comunicação pública é promover e valorizar as instituições e grandes causas sociais (ZÉMOR, 1995). Essa tradição invoca a toda a sociedade para participar na construção das condições de acesso e contato com a leitura, no âmbito de uma estratégia de mobilização social. Para Toro e Rodríguez (2001), a mobilização é uma convocação de vontades que atuam na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e sentidos compartilhados. No entanto, não é

²⁰ Ibid., p. 129.



suficiente contar com um plano bem estruturado e financiado, pois é necessário que o mesmo também tenha "estratégias de comunicação que mobilizem vontades e desejos" (TORO; RODRÍGUEZ, 2001, p. 15).

O PNLL foi desenvolvido com o objetivo da promoção da cidadania e inclusão social, segundo estratégias para o desenvolvimento social. Assim, foram estabelecidas metas que devem ser alcançadas no curto, médio e longo prazo, pois estrategicamente um imaginário foi proposto pelo plano, a ser construído em duas frentes: qualitativa e quantitativa. Quanto aos atrativos qualitativos, o plano propôs:

- alcançar um lugar de destaque para o livro no imaginário nacional como valorizado por amplas faixas da população;
- promover a existência de famílias leitoras, nas quais as pessoas compartilhem práticas de leitura e construam representações afetivas em torno da leitura;
- devem existir escolas que saibam formar leitores e que tenham mediadores preparados (professores e bibliotecários) com estratégias para alcançar essa finalidade.

E quanto aos nortes quantitativos, os desafios são:

- garantir o acesso ao livro, com número suficiente de livrarias e bibliotecas no país;
- tornar acessível o preço do livro a grandes contingentes de leitores potenciais.

O objetivo do plano é alcançar um cenário no qual a leitura e a escrita sejam vistas como práticas cotidianas na sociedade brasileira, que expressem a multiplicidade de visões de mundo em diferentes contextos.

3.3 Ações:

A comunicação pública tem por objetivo não somente tornar a informação disponível, mas estabelecer relação e diálogo, conduzir campanhas de informação e ações de comunicação de interesse geral, promovendo o debate público no acompanhamento de processos decisórios (ZÉMOR, 2009). Portanto, no mesmo ano do lançamento do PNLL em 2006, aconteceu o I Seminário dos Planos Nacionais de Livro e Leitura no Mercosul, no auditório da Fundação da Biblioteca Nacional, na capital federal, como uma das programações oficiais do Fórum Cultural Mundial. Promovido pelo Ministério da Cultura, Ministério da Educação, Biblioteca Nacional e PNLL, esse seminário reuniu representantes dos planos de livro e leitura do Mercosul, como Argentina, Brasil, Chile e Venezuela. O objetivo da reunião foi o de discutir políticas de



desenvolvimento da prática leitora e o processo de constituição e consolidação dos planos nacionais de livro e leitura no Mercosul e nos demais países da América Latina²¹.

Em 2007 ocorreu o II Seminário, em Porto Alegre, que buscou difundir e desenvolver ainda mais os Planos Nacionais, fortalecendo e buscando novas alianças junto a setores sociais e governamentais. O objetivo dos países participantes era aumentar a qualidade leitora da região e teve a participação dos responsáveis pelas políticas e planos nacionais de livro e leitura de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Guatemala, Paraguai e Uruguai, e de profissionais que atuam na área – professores, educadores, agentes de leitura, bibliotecários, autores, editores, livreiros, distribuidores e mediadores de leitura, gestores públicos e privados de cultura e educação²².

O III Seminário aconteceu em 2008 em São Paulo e tratou da adoção de políticas públicas conjuntas e de ações para o fortalecimento da área do livro e da leitura no Mercosul. Participaram os coordenadores de planos nacionais e responsáveis pelas políticas públicas dos países-membros e associados do Mercosul: Argentina, Brasil, Paraguai, Peru e Venezuela²³.

Também em 2008, durante a 20ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo, o PNLL se fez presente, pela primeira vez, em um estande de 150 m², no qual se disponibilizou um acervo diverso de títulos para leitura no local, um espaço infantil com atividades de contação de história, um telecentro com equipamentos multimídias, equipado pelo Ministério das Comunicações, oportunizando ao público experimentar e vivenciar novas experiências com a leitura²⁴.

Em 2009 foi realizado na cidade de São Paulo, o Seminário Nacional “Formação de Mediadores de Leitura”, uma reunião de trabalho com especialistas, líderes de ações

²¹ Disponível em: http://189.14.105.211/conteudo/c00018/Realizacoes_2006.aspx Acesso em: 12.03.2012.

²² Disponível em: http://189.14.105.211/conteudo/c00019/Realizacoes_2007.aspx Acesso em: 12.03.2012.

²³ Disponível em http://189.14.105.211/conteudo/c00020/Realizacoes_2008.aspx Acesso em: 12.03.2012.

²⁴ Ibid.



pela mediação da leitura, escritores, professores, bibliotecários, editores e lideranças de todas as regiões do país²⁵.

No ano de 2010 o PNLL apresentou programação de contação de histórias durante a 21ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo cujo tema era a Língua Portuguesa, com histórias características dos países de língua portuguesa, histórias tradicionais, antigas ou atuais²⁶.

A partir de 2012 o PNLL tem se concentrado em ações mais descentralizadas, realizando encontros, seminários e oficinas em todas as regiões do país. E durante a Bienal Brasil de Livros realizada em Brasília no mês de abril de 2012, o PNLL realizou o seminário: “Os planos nacional, estaduais e municipais do livro e leitura: construções e desafios”²⁷ com a finalidade de difundir estratégias de gestão para o avanço da leitura no país. O PNLL propõe estratégias participativas de comunicação, pois trabalha sobre expectativas coletivas em que os cenários micro e macro devem estar conectados: há um entendimento de que é importante tomar como ponto de partida o conhecimento das experiências na esfera municipal para promover a leitura e formar leitores. Assim, é importante avaliar as metas e os programas desenvolvidos para verificar o alcance das iniciativas para ajustes no processo.

No site do PNLL há um mapa de ações realizadas por todo o país disponíveis para acesso e pesquisa com destaque para experiências locais bem sucedidas. Também apresenta links para os planos estaduais e municipais de leitura, bibliotecas virtuais, prêmios e editais, calendário de eventos, leis do livro e notícias sobre o tema da prática de leitura no país.

4. Consideração Final

A Comunicação Pública está relacionada ao desenvolvimento como uma capacidade de reconhecer tanto nas instituições como na sociedade em geral o significado do intercâmbio e da negociação de significados, dos saberes e pontos de vista. Os estudos nessa área resultaram numa compreensão da complexidade

²⁵ Disponível em http://189.14.105.211/conteudo/c00021/Realizacoes_2009.aspx Acesso em: 12.03.2012.

²⁶ Disponível em http://189.14.105.211/conteudo/c00042/Realizacoes_2010.aspx Acesso em: 12.03.2012.

²⁷ Disponível em: http://189.14.105.211/conteudo/c00047/Realizacoes_de_2012.aspx Acesso em: 15.01.2013.



comunicacional da sociedade e muito do que se tem feito depende principalmente das pessoas e instituições no esforço da redistribuição do poder e dos movimentos sociais e grupais para se alcançar cenários de futuro. Portanto, no Brasil, a Comunicação Pública referente ao PNLL foi o primeiro passo para tornar a prática de leitura um tema de projeção nacional na sociedade brasileira e alçar essa questão a uma direção determinada ao desenvolvimento social.

Conclui-se que os desafios propostos pelo PNLL para que o Brasil se torne uma sociedade leitora, como a valorização e promoção da leitura como práticas cotidianas, a formação de famílias leitoras e aumento de livros lidos, ainda tem muito por fazer. Existem mais de 50 milhões de brasileiros não plenamente alfabetizados, e mais da metade da população nunca comprou um livro ou frequentou uma biblioteca²⁸.

No entanto, se pretendemos lançar a este tema um olhar estratégico, devemos partir do futuro para chegar ao presente, ou seja: Como será o país no qual queremos viver, ler e aprender? O presente encerra vários caminhos ao nosso alcance e devemos tomar decisões, pois é agora que se desenham os futuros possíveis.

Há um enorme trabalho de Comunicação Pública na área de promoção da leitura, no qual todos devem se comprometer: o Estado, o governo, a sociedade, e apoiar os caminhos, acompanhar as ações. A leitura é um valor social e pessoal construído num longo processo e que depende de decisões de gestão voltada a valores e não interesses, ou seja, que se voltem ao bem comum numa Comunicação Pública aberta a toda sociedade.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, E.P. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, J. (Org.) **Comunicação Pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009. p.1-33.

CIMADEVILLA, G. **Estado del arte**. Trayectos y grises de las teorías y de las prácticas en comunicación y desarrollo. Seminário Internacional de Comunicação e Desenvolvimento, INTA, Buenos Aires, 2007. Disponível em: <http://www.inta.gov.ar/activ/comunica/comyses/cimadevilla.pdf> Acesso em 11.09.12

DUARTE, J. Instrumentos de Comunicação Pública. In: _____. (Org.) **Comunicação Pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 59-71.

²⁸ Disponível em: http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/dados/anexos/2834_10.pdf Acesso em: 10.08.2012.



MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PÉREZ, R.A.. **Pensar la estrategia**. Buenos Aires: La Crujía ediciones, 2012.

TORO, J.B. ; RODRÍGUEZ G., M.C.; La comunicación y la movilización social en la construcción de bienes públicos. **Relatório Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)**, Bogotá, Colômbia, 2001.

WAISBORD, S. Árbol genealógico de teorías, metodologías y estrategias de comunicación para el desarrollo. **Fundação Rockefeller**, Nova York, 2002.

ZANETTI, S. Testemunho de uma leitora no início da república chilena. In: ABREU, M.; SCHAPOCHNIK, N. (Orgs.) **Cultura letrada no Brasil**: objetos e práticas. Campinas/SP, Editora Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo, Fapesp, 2005. p. 45-60.

ZÉMOR, P. As formas da comunicação pública. In: DUARTE, J. **Comunicação Pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 214-245.

_____. **La Communication Publique**. PUF, col. Que sais-je? Paris, 1995.